



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**
Estado de São Paulo

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001 /2020

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA**, CNPJ nº 46.522.983/0001-27, representado por seu Prefeito **ELVIS LEONARDO CEZAR**, e de outro lado a entidade **AVEMARE – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA ESPERANÇA**, inscrita no CNPJ sob nº. 08.979.784/0001-53, com sede na Rua João Santana Leite, nº 417 – Vila Esperança – Santana de Parnaíba/SP, neste ato representada por sua Presidente **IONARA PEREIRA DOS SANTOS**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 47.888.401-1 SSP/SP, inscrita no CPF nº. 387.688.428-48, residente e domiciliado na Rua Venezuela, nº 89 – Casa 05 – Jardim São Luís – Santana de Parnaíba/SP, doravante denominados, respectivamente, **PMSP/SMMAP** e **PROPONENTE**, com fundamento no artigo 2º, inciso VII (colaboração) da Lei Federal nº 13.019/2014, em face do Processo Administrativo nº 944/2019 – Chamada Pública nº 001/2019, celebram a presente Parceria, nos termos e cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Através do presente, a PMSP/SMMAP e a PROPONENTE, registram interesse para o desenvolvimento do projeto/atividade, visando à prestação de serviços de coleta, transporte, triagem, processamento e destinação final de materiais recicláveis e reutilizáveis no Município de Santana de Parnaíba, incluso a destinação ambientalmente adequada do rejeito e a promoção de ações de sensibilização da comunidade e de educação ambiental voltadas à orientação aos munícipes sobre a segregação dos resíduos, de acordo com a legislação vigente.
- 1.2. A PROPONENTE desenvolverá o projeto, consoante ANEXO VI – Modelo de plano de trabalho e ANEXO VII – Referências para a elaboração do plano de trabalho, constante do Processo Administrativo nº 944/2019, que são partes integrantes do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) LOCAL(AIS)

- 2.1. O(A) projeto/atividade será realizado(a) exclusivamente no Município de Santana de Parnaíba/SP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 3.1. A presente parceria importa no repasse, pela PMSP/SMMAP, do valor total de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), onerando a dotação nº 0245-3.3.50.39.01-1854101062212.
- 3.2. O pagamento será realizado nos termos do Cronograma de Desembolso apresentado às fls. 430/437 do Processo Administrativo.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- 3.3.** Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica em instituição financeira pública nos moldes previstos no artigo 51 da Lei nº 13.019/14.
- 3.3.1.** Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- 3.3.2.** Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.
- 3.4.** É vedada a utilização dos recursos repassados pela PMSP/SMMAP em finalidade diversa da estabelecida na atividade a que se refere este instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período acordado para a execução do objeto desta parceria.
- 3.5.** Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- 3.5.1.** Excepcionalmente, poderão ser feitos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária.
- 3.6.** É permitida a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
- 3.7.** Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, observadas as disposições do artigo 46 da Lei Federal nº 13.019/14.
- 3.7.1.** Fica vedada à Administração Pública Municipal a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.
- 3.8.** Quando for o caso de rateio, a memória de cálculo dos custos indiretos, previstos no plano de trabalho, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento quantitativo da divisão que compõe o custo global, especificando a fonte de custeio de cada fração, com a identificação do número e o órgão da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.
- 3.8.1.** Os custos indiretos podem incluir, dentre outros, despesas de internet, transporte, aluguel e telefone, bem como remunerações de serviços contábeis, de assessoria jurídica e serviços administrativos.

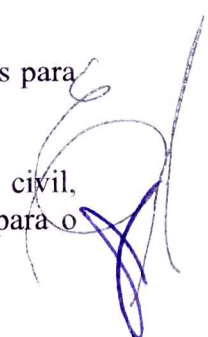


**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- 659
/
- 3.8.2. Nas hipóteses em que essas despesas caracterizarem-se como despesas diretamente atribuídas ao objeto da parceria, tais despesas serão consideradas custos diretos.
- 3.8.3. Incluem-se como custos diretos, os custos de locação do imóvel onde funcionarão serviços públicos de natureza contínua viabilizados por parcerias, como os de educação, saúde e assistência social.
- 3.9. O atraso na disponibilidade dos recursos da parceria autoriza a compensação de despesas despendidas e devidamente comprovadas pela entidade, no cumprimento das obrigações assumidas por meio do plano de trabalho, com os valores dos recursos públicos repassados assim que disponibilizados.
- 3.10. Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos constantes do plano de trabalho, de acordo com os critérios e prazos a serem definidos pela Secretaria do Meio Ambiente e Planejamento, desde que não altere o valor total da parceria.
- 3.10.1. A organização da sociedade civil poderá solicitar a inclusão de novos itens orçamentários desde que não altere o orçamento total aprovado.
- 3.11. Os recursos da parceria geridos pelas organizações da sociedade civil não caracterizam receita própria, mantendo a natureza de verbas públicas.
- 3.11.1. Não é cabível a exigência de emissão de nota fiscal de prestação de serviços tendo a Municipalidade como tomadora nas parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 4.1. A prestação de contas deverá conter adequada descrição das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.
- 4.1.1. Os dados financeiros são analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes, bem como a conciliação das despesas com a movimentação bancária demonstrada no extrato.
- 4.1.2. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
- 4.2. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão no Portal da Transparência Municipal, permitindo a visualização por qualquer interessado.
- 4.3. As organizações da sociedade civil deverão apresentar os seguintes documentos para fins de prestações de contas parciais e final:
- a) relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o
- 



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir o cronograma acordado;

- b) na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, assim como notas e comprovantes fiscais, incluindo recibos, emitidos em nome da organização da sociedade civil;
- c) extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;
- d) comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;
- e) material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;
- f) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- g) lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- h) a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

4.3.1. A memória de cálculo de que trata a alínea “h” do item 4.3. deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

4.3.2. Em caso de descumprimento parcial de metas ou resultados fixados no plano de trabalho, poderá ser apresentado relatório de execução financeira parcial concernente a referidas metas ou resultados, desde que existam condições de segregar referidos itens de despesa.

4.4. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será a organização da sociedade civil notificada para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 dias, prorrogável por igual período.

4.4.1. Transcorrido o prazo, não havendo saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento.

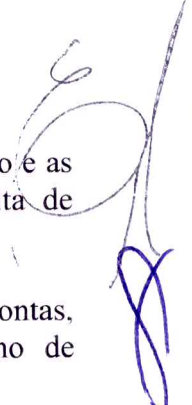
4.5. Cabe à Administração pública analisar cada prestação de contas apresentada, para fins de avaliação do cumprimento das metas do objeto vinculado às parcelas liberadas, no prazo de 15 dias úteis.

4.6. A análise da prestação de contas final constitui-se das seguintes etapas:



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- 600
- 4.6.1.** Análise de execução do objeto: quanto ao cumprimento do objeto e atingimento dos resultados pactuados no plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado;
- 4.6.2.** Análise financeira: verificação da conformidade entre o total de recursos repassados, inclusive rendimentos financeiros, e os valores máximos das categorias ou metas orçamentárias, executados pela organização da sociedade civil, de acordo com o plano de trabalho aprovado e seus eventuais aditamentos, bem como conciliação das despesas com extrato bancário de apresentação obrigatória.
- 4.6.2.1.** Nos casos em que a organização da sociedade civil houver comprovado atendimento dos valores aprovados, bem como efetiva conciliação das despesas efetuadas com a movimentação bancária demonstrada no extrato, a prestação de contas será considerada aprovada, sem a necessidade de verificação, pelo gestor público, dos recebidos, documentos contábeis e relativos a pagamentos e outros relacionados às compras e contratações.
- 4.7.** A análise da prestação de contas final levará em conta os documentos do item 4.3. e os pareceres e relatórios dos itens 4.5 e 9.3.
- 4.8.** Havendo indícios de irregularidade durante a análise da execução do objeto da parceria, o gestor público poderá, mediante justificativa, rever o ato de aprovação e proceder à análise integral dos documentos fiscais da prestação de contas.
- 4.9.** A organização da sociedade civil está obrigada a prestar contas do cumprimento de metas do objeto e resultados mensalmente e; da boa e regular aplicação dos recursos recebidos semestralmente e, em caráter final, ao término de sua vigência.
- 4.9.1.** O prazo poderá ser prorrogado por até 30 dias, a critério do titular do órgão, ou ente da Administração parceiro, ou daquele a quem tiver sido delegada a competência, desde que devidamente justificado.
- 4.9.2.** Na hipótese de devolução de recursos, a guia de recolhimento deverá ser apresentada juntamente com a prestação de contas.
- 4.9.3.** Após a prestação de contas final, sendo apuradas pela Administração irregularidades financeiras, o valor respectivo deverá ser restituído ao Tesouro Municipal ou ao Fundo Municipal competente, no prazo improrrogável de 30 dias.
- 4.10.** A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública deverá dispor sobre:
- a) aprovação da prestação de contas;
 - b) aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou
 - c) rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de
- 



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos e dano ao erário, com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

4.10.1. São consideradas falhas formais, para fins de aprovação da prestação de contas com ressalvas, sem prejuízo de outras:

- a) nos casos em que o plano de trabalho preveja que as despesas deverão ocorrer conforme os valores definidos para cada elemento de despesa, a extrapolação, sem prévia autorização, dos valores aprovados para cada despesa, respeitado o valor global da parceria.
- b) a inadequação ou a imperfeição a respeito de exigência, forma ou procedimento a ser adotado desde que o objetivo ou resultado final pretendido pela execução da parceria seja alcançado.

4.11. As contas serão rejeitadas quando:

- a) houver omissão no dever de prestar contas;
- b) houver descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) ocorrer dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) houver desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;
- e) não for executado o objeto da parceria;
- f) os recursos forem aplicados em finalidades diversas das previstas na parceria.

4.12. A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

4.12.1. O transcurso do prazo estabelecido no item anterior sem que as contas tenham sido apreciadas não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

4.12.2. Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido no item 4.12. e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

4.13. Caberá um único recurso à autoridade competente da decisão que rejeitar as contas prestadas, a ser interposto no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- 4.13.1. Exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito neste termo e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
- 4.13.2. A rejeição da prestação de contas, quando definitiva, deverá ser registrada em plataforma eletrônica de acesso público, cabendo à autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária, adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento.
- 4.13.2.1. O dano ao erário será previamente delimitado para embasar a rejeição das contas prestadas.
- 4.13.2.2. Os valores apurados serão acrescidos de correção monetária e juros.
- 4.13.2.3. O débito decorrente da ausência ou rejeição da prestação de contas, quando definitiva, será inscrito no CADIN Municipal, por meio de despacho da autoridade competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRAPARTIDA

- 5.1. Será exigida contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, no percentual de 10% sobre o valor global da parceria. Não será exigido o depósito do valor correspondente.
- 5.1.1. Por ocasião dos trâmites para a celebração deste termo, o proponente selecionado deverá apresentar documentos que comprovem a disponibilidade e o valor estipulado para a contrapartida em bens e/ou serviços, preferencialmente mediante pesquisa de preço e orçamentos correspondentes, bem como deverá fornecer declaração de contrapartida, na forma do Anexo IV – Declaração de Contrapartida. Ressalte-se, por fim, que não se deve exigir contrapartida financeira (art. 35, §1º, da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO

- 6.1. A execução do objeto da presente parceria se dará conforme o estabelecido no Plano de Trabalho, constante do processo administrativo.
- 6.2. As aquisições e contratações realizadas com recursos da parceria deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, bem como deverá a PROPONENTE certificar-se e responsabilizar-se pela regularidade jurídica e fiscal das contratadas.
- 6.2.1. Para a aquisição de bens e contratação de serviços, será exigida pesquisa ao mercado prévia à contratação, que deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- 6.2.2.** Os bens permanentes adquiridos com recursos públicos deverão ser incorporados ao patrimônio público ao término da parceria ou no caso de extinção da organização da sociedade civil parceira.
- 6.2.3.** Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria, serão:
- 6.2.3.1.** mantidos na titularidade do órgão ou entidade pública municipal quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado para celebração de novo termo com outra organização da sociedade civil após a consecução do objeto, ou para execução direta do objeto pela administração pública municipal, devendo os bens remanescentes estar disponíveis para retirada pela administração após a apresentação final de contas.
- 6.2.3.4.** A organização da sociedade civil poderá pedir, justificadamente, alteração da destinação dos bens remanescentes prevista no termo, que será analisada pelo gestor público, sob juízo de conveniência e oportunidade, permanecendo a custódia dos bens sob responsabilidade da organização até a decisão final do pedido de alteração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

- 7.1.** A PROPONENTE, em atendimento a presente parceria se obriga a:
- a) executar satisfatória e regularmente o objeto deste ajuste;
 - b) responder perante a PMSP/SMMAP pela fiel e integral realização dos serviços contratados com terceiros, na forma da legislação em vigor;
 - c) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária, decorrentes da execução do objeto desta parceria, bem como por todos os ônus ordinários ou extraordinários eventualmente incidentes;
 - d) facilitar a supervisão e fiscalização da PMSP/SMMAP, permitindo-lhe efetuar o acompanhamento “in loco” e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento, bem como apresentar relatório de atividades, contendo o desenvolvimento do cronograma do projeto;
 - e) elaborar a prestação de contas a PMSP/SMMAP, nos termos do Decreto Municipal nº 57.575/2016 e da Lei Federal nº 13.019/2014.
 - f) a título de contrapartida, ficará a cargo da PROPONENTE as demais despesas/custos mensurados em R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), conforme informação às fls. 431 do Processo Administrativo.
 - g) divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, as parcerias celebradas com o poder público, contendo as informações dispostas no artigo 6º, do Decreto Municipal nº 57.575/2016.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**
Estado de São Paulo

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA PMSP/SMMAP

- 8.1. A PMSP/SMMAP, em atendimento a presente parceria se obriga a:
- a) manter o empenho para os recursos necessários ao desenvolvimento deste termo de colaboração;
 - b) repassar à PROPONENTE os recursos decorrentes do presente;
 - c) fornecer dados, relatórios e demais informações necessárias à execução da parceria;
 - d) ceder espaço físico para a instalação da Central de Triagem de Resíduos Recicláveis.
 - e) decidir e indicar soluções aos assuntos que lhe forem submetidos.
 - f) A PMSP/SMMAP deverá fiscalizar o cumprimento da contrapartida.
 - g) manter, em sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 dias após o respectivo encerramento, contendo as informações dispostas no artigo 6º, do Decreto Municipal nº 57.575/2016.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO

- 9.1. Compete à comissão de avaliação e monitoramento o aprimoramento dos procedimentos, unificação dos entendimentos, a solução de controvérsias, a padronização de objetos, custos e indicadores, fomento do controle de resultados e avaliação dos relatórios técnicos de monitoramento.
- 9.2. Será efetuada visita *in loco*, a cada 3 meses, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto.
- 9.3. A administração Pública deverá emitir mensalmente relatório técnico de monitoramento e avaliação.
- 9.4. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, independente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.
- 9.4.1. O grau de satisfação do público-alvo será levado em consideração tendo em vista o processo de escuta ao cidadão usuário acerca do padrão de qualidade do atendimento objeto da parceria, nos moldes pré-definidos pelas áreas responsáveis às políticas sociais.
- 9.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria deverá conter:
- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste termo;
- e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.6. Da decisão da comissão de monitoramento e avaliação caberá a interposição de um único recurso, no prazo de 5 dias úteis, contado da intimação da decisão.

9.6.1. A comissão de monitoramento e avaliação poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado, à autoridade competente para decidir.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO GESTOR

10.1. A gestão da parceria será exercida por intermédio da servidora Vanessa Cristina Duarte Apolinário, Registro Funcional nº 27.719, a quem competirá:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo das análises previstas no item 4.5., bem como dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação de que trata o item 9.3.
- d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- e) atestar a regularidade financeira e de execução do objeto da prestação de contas.

10.1.1. No caso de parcela única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

10.2. O gestor da parceria deverá dar ciência:

- a) aos resultados das análises de cada prestação de contas apresentada.
- b) aos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, independentemente de sua homologação pela comissão de monitoramento e avaliação.

10.3. Os pareceres técnicos conclusivos deverão, obrigatoriamente, mencionar:



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- a) os resultados já alcançados e seus benefícios;
- b) os impactos econômicos ou sociais;
- c) o grau de satisfação do público-alvo, considerado o processo de escuta ao cidadão usuário acerca do padrão de qualidade do atendimento do objeto da parceria, nos moldes do plano de trabalho;
- d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

- 11.1. O prazo de execução e de vigência desta Parceria corresponderá período de 05 (anos) anos a partir da Ordem de Início, mas apenas após final aprovação da prestação de contas estará a PROPONENTE desobrigada das cláusulas do presente termo.
- 11.2. Este termo poderá ser prorrogado até o limite de 10 anos, desde que o objeto tenha natureza continuada e a prorrogação esteja tecnicamente justificada.
- 11.3. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 dias antes do termo inicialmente previsto.
- 11.3.1. A prorrogação de ofício da vigência deste termo deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

- 12.1. A critério da Administração, admite-se a alteração da parceria, devendo a proposta ser acompanhada de revisão do plano de trabalho, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria.
- 12.1.1. Poderá haver redução ou majoração dos valores inicialmente pactuados para redução ou ampliação de metas ou capacidade do serviço, ou para qualificação do objeto da parceria, desde que devidamente justificados.
- 12.1.2. Faculta-se aos órgãos e entidades municipais o repasse de eventual verba adicional, não prevista no valor total da parceria, para a melhor execução de seu objeto e aperfeiçoamento dos serviços, nos moldes definidos pelo parceiro público em portaria específica, desde que observada a disponibilidade financeiro-orçamentária.
- 12.2. Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca de:
- a) interesse público na alteração proposta;



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- b) a proporcionalidade das contrapartidas, tendo em vista o inicialmente pactuado, se o caso;
 - c) a capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;
 - d) a existência de dotação orçamentária para execução da proposta.
- 12.2.1.** Após a manifestação dos setores técnicos a proposta de alteração poderá ser encaminhada para a análise jurídica, observado o fluxo processual de cada órgão ou Pasta, previamente à deliberação da autoridade competente.
- 12.3.** Para prorrogação de vigência das parcerias celebradas é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.
- 12.4.** Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.
- 12.5.** Constitui motivo para rescisão da parceria o inadimplemento injustificado das cláusulas pactuadas, e também quando constatada:
- a) a utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
 - b) a falta de apresentação das prestações de contas;
- 12.6.** Em caso de denúncia unilateral não enquadrada nas hipóteses do item anterior, deverá a parte comunicar à outra com antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

- 13.1.** Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas legais, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
- 13.1.1.** advertência;
 - 13.1.2.** suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 anos;
 - 13.1.3.** declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja movida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

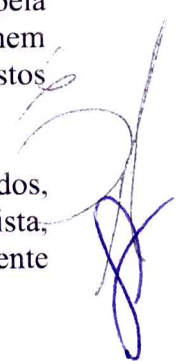


**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- 664
- 13.2. As sanções estabelecidas nos itens 13.1.2. e 13.1.3. são de competência exclusiva do Secretário da pasta/Subprefeito ou autoridade máxima do ente da Administração indireta, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias úteis, contados da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
- 13.2.1. prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
- 13.2.2. a prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.
- 13.3. A sanção estabelecida no item 13.1.1. é de competência exclusiva do gestor da parceria, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contados da abertura de vista.
- 13.4. Os órgãos técnicos deverão se manifestar sobre a defesa apresentada, em qualquer caso, e a área jurídica quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3.
- 13.5. A organização da sociedade civil deverá ser intimada acerca da penalidade aplicada.
- 13.6. A organização da sociedade civil terá o prazo de 10 dias úteis para interpor recurso à penalidade aplicada.
- 13.7. As notificações e intimações de que trata este artigo serão encaminhadas à organização da sociedade civil preferencialmente via correspondência eletrônica, sem prejuízo de outras formas de comunicação, assegurando-se a ciência do interessado para fins de exercício do direito de contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 4.3. do Edital.
- 14.2. A entidade deverá apresentar no ato da assinatura deste instrumento o comprovante de inscrição no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS.
- 14.3. A PMSP/SMMAP não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela PROPONENTE, com terceiros, ainda que vinculados à execução desta parceria, nem por danos que venham a serem causados em decorrência de atos dos seus propositos ou associados;
- 14.3.1. A PMSP/SMMAP não se responsabiliza por quaisquer danos, prejuízos causados, ônus, direitos ou obrigações decorrentes da legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, nem aqueles derivados da execução da presente
- 



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

parceria, ainda com seus empregados, prepostos ou subordinados, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à PROPONENTE.

- 14.4. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.
- 14.5. Os agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas têm livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.
- 14.6. A administração poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

- 15.1. Fica eleito o foro do Município de Santana de Parnaíba para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste.


E, por estarem as partes certas e justas foi lavrado o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, com a presença das testemunhas abaixo nominadas.

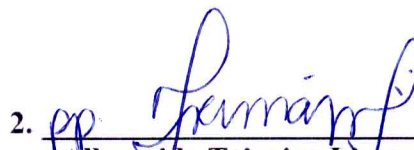
Santana de Parnaíba, 20 de abril de 2020.

ELVIS LEONARDO CEZAR
Prefeito Municipal

IONARA PEREIRA DOS SANTOS
Presidente

Testemunhas:

1. 
Iara Marques da Silva
RG-27.929.422-0

2. 
Albaneide Teixeira Lima da Silva
RG-42.007.971-3



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

665

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONCEDENTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA

PROPONENTE: ADEMARE – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA ESPERANÇA

TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 001 /2020

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA, INCLUSO A DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA DO REJEITO E A PROMOÇÃO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADAS À ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIES SOBRE A SEGREGAÇÃO DOS RESÍDUOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o termo de colaboração acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**
Estado de São Paulo

666

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber

Santana de Parnaíba, 28 de abril de 2020.

GESTOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

Nome e cargo: Vanessa Cristina Duarte Apolinário – Analista em gestão pública
CPF: 335.046.198-05 - RG: 41.864.492-5
Endereço: Rua Pedro Procópio, 213 – Centro – Santana de Parnaíba/SP.
E-mail institucional: vanessa.27719@santanadeparnaiba.sp.gov.br
E-mail pessoal: vanessa.27719@santanadeparnaiba.sp.gov.br
Telefone: (011) 4622-7500

CONTRATANTE:

Nome e cargo: Elvis Leonardo Cezar – Prefeito
CPF: 185.522.478-01 - RG: 25.482.524-2 - Nascimento: 08/06/1976
Endereço: Rua Pedro Procópio, 213 – Centro – Santana de Parnaíba/SP.
E-mail institucional: prefeito@santanadeparnaiba.sp.gov.br
E-mail pessoal: cezar-advogados@uol.com.br
Telefone: (011) 4622-7500



ASSINATURA CONCEDENTE

CONTRATADA:

Nome e cargo: IONARA PEREIRA DOS SANTOS - Presidente
CPF: 387.688.428-48 - RG: 47.888/401-1 SSP/SP
Endereço: Rua Venezuela, nº 89 – Casa 05 – Jardim São Luís – Santana de Parnaíba/SP.
E-mail institucional: confrauzola@uol.com.br
E-mail pessoal: confrauzola@uol.com.br



ASSINATURA PROPONENTE

Imprimir Fechar

imprensaoficial

- 1 - Atestamos a transmissão deste arquivo, reiterando a responsabilidade integral do publicante quanto ao seu conteúdo;
- 2 - Sua publicação fica condicionada ao atendimento das normas de publicação dos cadernos do Diário Oficial.

As seguintes publicações foram recebidas com sucesso:
Comprovante de recebimento n. 3631899
Nome do Publicante: MUNICIPIO DE SANTANA DE PARNAIBA
Nome do usuario: Sérgio Ribeiro de Oliveira
CPF do usuario: 21948168871
Data de Recebimento: 24/04/2020 16:37:23

Caderno: Executivo I
Secao: Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba
Tipo de Materia: Comunicado
Arquivo: Convocação - 24-04-20.txt
Tamanho: 1 KB
Hash MD5: A3A87B0A004222BF0FCFF25BD86B4435
Retranca: E1.WTYA.18.006.SergioRdO.txt
Sobrescrito: Nao

Caderno: Executivo I
Secao: Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba
Tipo de Materia: Extrato de Contrato
Arquivo: Extrato - 24-04-20.txt
Tamanho: 633 B
Hash MD5: 4E385BBD59065892C5F59D26F7EC6FB6
Retranca: E1.WTYA.43.007.SergioRdO.txt
Sobrescrito: Nao.

Imprimir Fechar

Imprimir

Fechar

imprensaoficial

- 1 - Atestamos a transmissão deste arquivo, reiterando a responsabilidade integral do publicante quanto ao seu conteúdo;
- 2 Sua publicação fica condicionada ao atendimento das normas de publicação dos cadernos do Diário Oficial.

As seguintes publicações foram recebidas com sucesso:

Comprovante de recebimento n. 3634041

Nome do Publicante: MUNICIPIO DE SANTANA DE PARNAIBA

Nome do usuario: Iara Marques da Silva

CPF do usuario: 21447471806

Data de Recebimento: 28/04/2020 15:20:08

Caderno: Executivo I

Secao: Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba

Tipo de Materia: Extrato de Contrato

Arquivo: EXTRATO DE CONTRATO.txt

Tamanho: 1 KB

Hash MD5: 7DEB29B1905BAB08D4414C95F1D834E4

Retranca: E1.WTYA.43.003.IaraMdS.txt

Sobrescrito: Nao.

Imprimir

Fechar

CONFORME LEI FEDERAL Nº 13.979 DE 06/02/2020, MEDIDA PROVISÓRIA Nº 926, DE 20 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO MUNICIPAL Nº 7.051 DE 23/03/2020.

De acordo com a Solicitação de Compras 698/2020 - Processo Administrativo nº 239-03/10/2020 - Funcional Programática nº 10.302.0061.2.078-URGÊNCIA-EMERGENCIA -02.03.06-Atenção Especializada - Categoria Econômica 3.390.30.00-Material de Consumo-Vínculo 05, suplementada se necessário.

Entrega: imediata

Condições de pagamento: à vista

A presente licitação está constituída nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, e no artigo 4º § 1º da Lei 13.979/2020.

LUCIMÉRE B. COELHO ROCHA - Secretária de Saúde

PARCEIRO JURÍDICO: Conforme parecer jurídico juntado aos autos, entendendo que o presente processo atende às exigências legais, nos termos do art. 24, IV, e parágrafo único do art. 26, da Lei Federal nº 8.666/93.

DEFIRO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 247/2020, CONFORME PARCEIRO JURÍDICO.

LAERSON ANDIA - Secretário de Administração

CONFORME LEI FEDERAL Nº 13.979 DE 06/02/2020, MEDIDA PROVISÓRIA Nº 926, DE 20 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO MUNICIPAL Nº 7.051 DE 23/03/2020.

Ratifico o ato da Dispensa de Licitação 247/2020, nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações.

Santa Bárbara d'Oeste, 23 de abril de 2020.

DENIS EDUARDO ANDIA - Prefeito Municipal

COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS 03/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de Engenharia Civil para Recapeamento Asfáltico-Rua XV de Novembro, Bairros: Vila São Luis, Vila Lindópsis, Vila Botelho, Vila Antonio Prezotto, Vila Garrido e Centro no Município de Santa Bárbara d'Oeste, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Projeto anexo.

Publicados os extratos e expedidas as cópias do Edital, apresentou documentação e proposta as seguintes empresas:

CONVERD CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI

PONTUAL CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI

PARCEIRO: A Comissão Municipal Permanente de Licitações, reunida e após analisar todo o processo referente a fase Habilitação envelope nº 01-Documentação da Tomada de Preços 03/2020, e conforme parecer técnico da Secretaria de Obras é unânime em emitir parecer que **HABILITA** as empresas:

CONVERD CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI

PONTUAL CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI

Santa Bárbara d'Oeste, 28 de abril de 2020.

Comissão de Licitação: Clarice Cistelli de Souza-Presidente da C.M.P. de Licitações

COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS 08/2019

OBJETO: Contratação de empresa para execução de proteção de margem em Gabião, no Córrego Mollon, localizado entre as Avenidas Rafard e Porto Ferreira, no bairro São Joaquim, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos anexo.

Publicados os extratos e expedidas as cópias do Edital, apresentou documentação e proposta as seguintes empresas:

BERNARDI EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA

D. F. O. CONSTRUTORA LTDA

PARCEIRO: A Comissão Municipal Permanente de Licitações, reunida e após analisar todo o processo referente a fase Habilitação envelope nº 01-Documentação da Tomada de Preços 08/2019, e conforme parecer técnico da Secretaria de Obras é unânime em emitir parecer que **HABILITA** as empresas:

BERNARDI EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA

D. F. O. CONSTRUTORA LTDA

Santa Bárbara d'Oeste, 28 de abril de 2020

Comissão de Licitação: Clarice Cistelli de Souza-Presidente da C.M.P. de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 47/2020

Objeto: Registro de preços para aquisição de luvas de procedimento, para uso em Unidades de Saúde, conforme descrição constante no Anexo I deste Edital.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS A PARTIR DO DIA: 29 de abril de 2020 às 16h00

ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: às 08h59m do dia 13/05/2020

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 9h00 do dia 13/05/2020

O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos pelos interessados, pelo site da Prefeitura Municipal www.santabarbara.sp.gov.br, Endereço Eletrônico: www.bbmmet.com.br; Formalização de Consultas e Edital: www.bbmmelicitacoes.com.br

Santa Bárbara d'Oeste, 28 de abril de 2020.

DENIS EDUARDO ANDIA - Prefeito Municipal

LAERSON ANDIA - Secretário de Administração

SANTANA DE PARNAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA

COMUNICADO DE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO

Chamada Pública n.º 005/2018 - Proc. Adm. n.º 356/2018

Objeto: O objeto da presente Chamada Pública é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTI) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, pelo período de 12 meses.

O Município de Santana de Parnaíba faz saber que, considerando os critérios exigidos nas resoluções de nº 26 e 04 (FNDE), publicamos a classificação prévia de referido certame:

COOPERATIVA DE PRODUTORES DO PROJETO AGRÁRIO DAS REUNIDAS - COOPAR

Resultado: CLASSIFICADA

Fica desde já, franqueadas vistas às envolvidas de modo imediato, para que se tome conhecimento do aqui publicado, abrindo-se prazo para interposição de recurso, nos termos do subitem 12 do instrumento convocatório.

Santana de Parnaíba, 28 de abril de 2018.

PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAIBA

COMUNICADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2020 - Proc. Adm. n.º 273/2020

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de CIMENTO PORTLAND CP II - E - 32, em atendimento à Secretaria Municipal de Serviços Municipais, pelo período de 12 meses.

Considerando a falta de manifestação de intenção de interposição de recursos, na oportunidade, ADJUDICO E HOMOLOGO a licitação supra para a empresa BRAMA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA.

Santana de Parnaíba, 28 de abril de 2020.

ORDENADOR DE PREGÃO

COMUNICADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 075/2020 - Proc. Adm. n.º 268/2020

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de REDES ESPORTIVAS E DE PROTEÇÃO, em atendimento à Secretaria Municipal de Atividade Física Esporte e Lazer, pelo período de 12 (doze) meses.

ADJUDICO E HOMOLOGO o presente certame a favor da empresa MAGNUM INDUSTRIA E COMERCIO DE TIJAS LTDA - ME para os itens 01, 03, 06, 08, 09, 14, 21, 22 e 24; a favor da empresa RICARDO MARIQUES ALVES - ME para os itens 02, 04, 05, 10 e 15; e a favor da empresa EJM COMERCIO E ARBITRAGENS ESPORTIVAS LTDA para os itens 07, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20 e 23.

Santana de Parnaíba, 28 de abril de 2020.

ORDENADOR DE PREGÃO

COMUNICADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 068/2020 - Proc. Adm. n.º 215/2020

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA PISCINA, pelo período de 12 meses, em atendimento à Secretaria Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer.

Considerando a falta de manifestação de intenção de interposição de recursos, na oportunidade, ADJUDICO E HOMOLOGO a licitação supra para as empresas a seguir:

- EJM COMERCIO E ARBITRAGENS ESPORTIVAS LTDA - para os itens: 01, 03 e 07;
- POLISPORT INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - para os itens: 02, 04, 06, 09, 10, 11, 12, 13 e 14;
- VIVO LICITAÇÕES EIRELI - para os itens: 05 e 08.

Santana de Parnaíba, 28 de abril de 2020.

ORDENADOR DE PREGÃO

EXTRATO DE CONTRATOS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2020 - prestação n.º serviços de coleta, transporte, triagem, processamento e destinação final de materiais recicláveis e reutilizáveis no Município de Santana de Parnaíba, incluída a destinação ambiental e adequada do rejeito e a promoção de ações de sensibilização da comunidade e de educação ambiental voltadas a orientar os municípios sobre a segregação dos resíduos, de acordo com a legislação vigente - (Proc. Adm. nº 949/19 - Chamada Pública 001/19) - CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - CONTRATADA: AVEVARE - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECLAVEIS DA VILA ESPERANÇA - DATA: 28/04/2020 - VALOR: R\$ 1.200.000,00 - DOTAÇÃO: 0245-3.3.50.39.01-185410106212 - VIGÊNCIA: 5 anos.

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO CONTRATO 042/2019 - (Proc. Adm. 104/19) - LOCATÁRIA: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - LOCADORA: ANGELA GOES PEREIRA - altera a cláusula quarta - DATA: 28/04/2020.

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO CONTRATO 059/2019 - (Proc. Adm. 178/19) - LOCATÁRIA: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - LOCADORA: ANGELA GOES PEREIRA - altera a cláusula quarta - DATA: 28/04/2020.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 082/2020 - Proc. Adm. n.º 336/2020

Objeto: Registro de Preços para aquisição de CHAPAS DE POLICARBONATO, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Municipais, pelo período de 12 (doze) meses.

O Edital: O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 29/04/2020, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, licitação.

Início da sessão de disputa de lances: Dia 12/05/2020, às 09h00min.

Santana de Parnaíba, 28 de abril de 2020.

ORDENADOR DE PREGÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020 (REGISTRO DE PREÇOS) - REABERTURA

Tipo: Menor preço por item

OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos.

Informações: pelo fone (18)3639 9029, site: <http://www.saarcanquaa.sp.gov.br/licitacoes-editalis-concursos>

DATA DA REALIZAÇÃO: 14/05/2020 - HORÁRIO: a partir das 08h00.

Rodrigo Aparecido Santana Rodrigues - Prefeito

SANTO EXPEDITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO EXPEDITO

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 01/2020 - O Município de Santo Expedito-SP, torna público que se encontra aberta no Setor de Licitações, a CONCORRÊNCIA Nº 01/2020, cujo objeto é a concessão de direito real de uso com encargos de um imóvel público determinado pelo lote 01 (um) da quadra A, pertencente ao loteamento denominado "Virgínia Cabral da Silva Neto", localizado à Avenida Barão do Rio Branco S/N, neste Município, para a implantação de edificação destinada a hospedagem, de acordo com a Lei Municipal nº 002/2020, e conforme especificações constantes no Edital. Abertura dos envelopes: 03/06/2020 Horário: 09h00min. Local: Avenida Barão do Rio Branco nº 472. O edital completo poderá ser retirado pelo site: santosexpedito.sp.gov.br. Maiores informações: 18-3267-1121. Município de Santo Expedito-SP, 28 de Abril de 2020.

Havندي José Cabral - Prefeito Municipal

SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ

Pregão Presencial nº 013/2020 Proc. nº 040/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO RODADOU ANO NÃO INFERIOR A 2020, QUATRO PORTAS MOTOR MÍNIMO DE 1,3, COMBUSTÍVEL FLEX, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, FREIOS ABS MAIS AIR BAG, BAC DUPLTO, TRAVAS ELÉTRICAS NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 183/2019, PROCESSO Nº 1711601/2019 DA SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE. Encerramento: 15/05/2020 às 09h00min. O Av. Antônio Francisco dos Santos Junior, nº 112, centro, Santópolis do Aguaapé/SP, no site www.santopolisdagoapei.sp.gov.br ou solicitado pelo E-mail: licitacaosantopolis@outlook.com. Informações complementares poderão ser fornecidas pelo telefone: (18)3605-9500.

Santópolis do Aguaapé/SP, 29 de abril de 2020.

HAROLDO ALVES - PREFEITO MUNICIPAL

PRESENCIAL Nº 014/2020. Proc. nº 41/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS NOVOS PARA O SETOR DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 183/2019, PROCESSO Nº 1711601/2019 DA SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE. Encerramento: 31/05/2020 às 09h00min. O Edital na íntegra encontram-se a disposição dos interessados na Av. Antônio Francisco dos Santos Junior, nº 112, centro, Santópolis do Aguaapé/SP, no site www.santopolisdagoapei.sp.gov.br ou solicitado pelo E-mail: licitacaosantopolis@outlook.com. Informações complementares poderão ser fornecidas pelo telefone: (18)3605-9500.

Santópolis do Aguaapé/SP, 29 de abril de 2020.

HAROLDO ALVES PIO - PREFEITO MUNICIPAL

SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

Extrato de Contrato. Processo Administrativo nº 1442/2020. Dispensa de Licitação nº 491/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REFORMA DO TELHADO DO HALL DE ENTRADA DO ESPAÇO DO SOCIAL. Contratante: Prefeitura Municipal de São Bento do Sapucaí. Contrato nº 034/2020. Contratado: MARIA MARLY DE CAMPOS COMÉRCIO DE VIDROS - ME. Valor do Contrato: R\$ 175.500,00 (Dezesseite Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais). Vigência do Contrato: 30 dias. São Bento do Sapucaí, 28 de abril de 2020. Ronaldo Rivelino Venâncio - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 072/2018. Contratante: Município de São Bento do Sapucaí. Contratada: EDE Teraplenagem, Pavimentação, Engenharia e Construção Civil Eireli. Objeto: Reurbanização da Área Central - Fase 5. Cláusula I: Fica prorrogado o prazo para um período de 90 (noventa) dias. Cláusula II: Os efeitos desse contrato são retroativos a data de 19 (dezenove) de abril de 2020. Cláusula III: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 072/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Data de Assinatura: 23/04/2020. Vigência: 19/04/2020 a 18/07/2020. Assinam: pelo Município de São Bento do Sapucaí: Ronaldo Rivelino Venâncio - Prefeito Municipal. Pela empresa EDE Teraplenagem, Pavimentação, Engenharia e Construção Civil Eireli: Emer Elias Abou Jaoude.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 056/2018. Contratante: Município de São Bento do Sapucaí. Contratada: EDE Teraplenagem, Pavimentação, Engenharia e Construção Civil Eireli. Objeto: Pavimentação Asfáltica na Rua Bela Vista, situada no Bairro do Bairro do Sítio. Cláusula I: Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos objeto do referido Termo de Contrato por um período de 90 (noventa) dias. Cláusula II: Os efeitos desse contrato são retroativos a data de 26 (vinte e seis) de março de 2020. Cláusula III: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 056/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo. Data de Assinatura: 23/04/2020. Vigência: 26/03/2020 a 24/06/2020. Assinam: pelo Município de São Bento do Sapucaí: Ronaldo Rivelino Venâncio - Prefeito Municipal. Pela empresa EDE Teraplenagem, Pavimentação, Engenharia e Construção Civil Eireli: Emer Elias Abou Jaoude.

SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Processo nº 978/2020 - Nos termos do Decreto nº 21.111, de 16 de março de 2020, que determinou Estado de Emergência no Município, RATIFICADO a contratação por dispensa de licitação conforme preceituado no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, a favor da empresa OCIMARA NEGREI DIAS, no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), para ocorrer com despesa de aquisição de aventais descartáveis, para a utilização nos atendimentos dos CRAS, CREAS e demais unidades da Secretaria de Assistência Social em decorrência do estado de calamidade pública pela pandemia de covid-19.

São Bernardo do Campo, 28 de abril de 2020.

CARLOS ALBERTO GARCIA ROMERO, Secretário de Assistência Social

PREGÕES ELETRÔNICOS

PE.212/2020 - PEC.00834/2020 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAIS ESCOLARES COM ENTREGA PONTO A PONTO - Abertura do Pregão: 12/05/2020 às 09:00 horas.

PE.213/2020 - PEC.00695/2020 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUVAS DESCARTÁVEIS - Abertura do Pregão: 12/05/2020 às 09:00 horas.

PE.214/2020 - PEC.00399/2020 - DISPOSITIVO DE PUNÇÃO INTRAÓSSEA - Abertura do Pregão: 12/05/2020 às 14:00 horas.

(Os editais) encontram-se disponíveis no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 - "Prédio Grego Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site www.empres.santabarbara.sp.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

PC 811/2020 - PE 208/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, SOB DEMANDA, DE AVISOS, EDITAIS DE LICITAÇÕES E OUTROS AFINS, PARA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. O edital estará disponível para realização de download no site www.compras.santabarbara.sp.gov.br, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 - B.Anchieta - SBC, "Prédio Grego Pasin" - telefone: (11) 2630-5486/5487/5488/5489, preferencialmente contatar pelo e-mail: editais.compras@santabarbara.sp.gov.br. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/05/2020 - 9h30min.

SÃO CAETANO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESUMO: Processo 193/2020- Modalidade Pregão Presencial n.º 28/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, ENVOLVENDO TODO O TRÂMITE NECESSÁRIO DESDE A ELABORAÇÃO DE EDITAL ATÉ A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS, BEM COMO APOIO TÉCNICO PARA A COMISSÃO DE CONCURSO DA PREFEITURA E RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS QUE PORVENTURA VENHAM A EXISTIR, CONFORME RELAÇÃO DE EMPREGOS DESCRICÃO, CARACTERÍSTICAS, PRAZOS E DEBEMAS OBRIGAÇÕES E INFORMAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. DATA DE ABERTURA: Fica agendada a licitação em epígrafe para o dia 19 de maio de 2020 às 10 horas, no DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SEPLAG 4 situado na Avenida Sul SP, 018, anexo 5 - Bairro Cerâmica, São Caetano do Sul, SP. Os editais, anexos e demais informações e esclarecimentos, poderão ser obtidos no endereço eletrônico licitacaosao-caetanodosul.sp.gov.br/web, ou no Departamento de Licitações e Contratos, e telefones para contato: 4233-7368". Secretária de Governo: Marília Martão - 23/03/2020. São Caetano do Sul, 28 de abril de 2020. Caio Lessio Previato - Diretor do Departamento de Licitações e Contratos.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

CONCORRÊNCIA Nº 002/20

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002

O Município de São João da Boa Vista TORNA PÚBLICO AS ALTERAÇÕES PROCESSADAS NO EDITAL DO PREGÃO SUPRACITADO E INFORMA QUE O edital de retificação já se encontra disponível no site www.saojoaosp.gov.br.

Considerando as alterações processadas fica alterada a data de realização de certame para o dia 01 de junho de 2020, às 14h00min, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, sito à Av. Dr. Durval Nicolau, nº 125, Di. Priscila, São João da Boa Vista - SP.

Permancem inalteradas as demais cláusulas e condições do Edital.

São João da Boa Vista, 28/04/2020.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO

RATIFICAÇÃO

A vista dos elementos constantes destes autos e com fundamento no art. 24, inciso X da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO A deliberação da Reitoria quanto à contratação direta, mediante Dispensa de Licitação, Processo Adm. nº 204/2020, da empresa CONSTRUTORA ADMINISTRATIVA RIO BRANCO, nº 281 e 281 A SÃO JOÃO DA BOA VISTA SP, destinado unicamente para instalação e uso da Unidade CETEP que abriga os laboratórios das áreas de exatas do UNIFAE.

Francisco de Assis Carvalho Arten - Reitor

FICA RATIVADO OS PREGÕES ELETRÔNICOS 007 e 008 para as seguintes datas:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2020 - Data de realização: 12/05/2020 a partir das 09h00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2020 - Data de realização: 13/05/2020 a partir das 09h00

Local: Página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.bbmmelicitacoes.com.br.

Editais disponíveis no site www.fae.br. Demais informações (19)3638-0240 ramal 229/243 e licitacao@fae.br

São João da Boa Vista, 28 de abril de 2020.

Regina Rocha Rodrigues - Chefe do Setor de Licitações e Contratos

SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES

AVISO

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2020. (Processo. n.º 16/2020). HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO. Objeto: "Contratação de empresa do ramo: para prestação de serviços técnicos nas áreas de administração e licitação, durante os exercícios de 2020/2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme o inciso II, do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores". DATAS: Homologação: 07/04/2020. Adjudicação: 07/04/2020. Empresa Vencedora: RAFAEL VINÍCIUS VICENTIN CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA - ME, Valor Global de R\$ 69.000,00 - (sessenta e nove mil reais) - JOSE CARLOS BARULI - Prefeito Municipal - S.J. das Duas Pontes, 08 de abril de 2020.

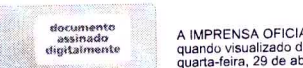
JOSE CARLOS BARULI - Prefeito Municipal

SAO JOAO DAS DUAS PONTES

CNPJ: 45.116.712/0001-09

ENDERECO: RUA IRMAOS BRANDINI, 503 - CENTRO - SÃO JOAO DAS DUAS PONTES - TEL: (17) 3481 1358

CEP: 15640-000 - SITE: www.saojoaodp.sp.gov.br



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 29 de abril de 2020 às 00:40:51.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 29 de abril de 2020 às 00:40:51.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**
Estado de São Paulo

MEMO SMNJ N° 2862/2020
O.S n° 11.343/2020

Santana de Parnaíba, 29 de abril de 2020.

À
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento

Ref.: “Serviço de Coleta de Lixo Reciclável - AVEMARE”.

Senhora Secretária,

Segue conforme solicitado às fls. 657 (verso),
juntamente com o Termo de Colaboração (fls. 658 a 664); Termo de Ciência e de
Notificação (fls. 665-666) e as respectivas publicações (667 a 670).

Atenciosamente,

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Koishi
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Secretaria Municipal do Meio
Ambiente e Planejamento
RECEBIDO
Em 30/04/2020

Fabio MB



TERMO DE PERMISSÃO DE USO

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA**, CNPJ no 46.522.983/0001-27, representado por seu Prefeito **ELVIS LEONARDO CEZAR**, e de outro lado a entidade **AVEMARE - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA ESPERANÇA**, inscrita no CNPJ sob no. 08.979.784/0001-53, com sede na Rua João Santana Leite, n] 417 – Vila Esperança - Santana de Parnaíba/SP, neste ato representada por sua Presidente **IONARA PEREIRA DOS SANTOS**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG no. 47.888.401-1 SSP/SP, inscrita no CPF no. 387.688.428-48, residente e domiciliado na Rua Venezuela, no 89 – Casa 05 - Jardim São Luís - Santana de Parnaíba/SP, doravante denominados, respectivamente, **PERMITENTE** e **PERMISSIONÁRIA**, em face do Processo Administrativo nº 944/2019 - Chamada Pública nº 001/2019, Termo de Colaboração nº 001/2020 e Decreto nº 4.461, de 13 de Outubro de 2020, ante os presentes, foi dito:

Primeiro: que é proprietário do imóvel denominado **CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS**, com área construída de 2.400,00m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados), localizado na Rua Alemanha, nº 44 - Campo da Vila, Santana de Parnaíba - SP. O referido imóvel possui terreno de 8.216,22m² (oito mil, duzentos e dezesseis metros quadrados e vinte e dois decímetros quadrados), sendo 154,00m² (cento e cinquenta e quatro metros quadrados) em área de proteção permanente - APP, com uso restrito, conforme legislação ambiental vigente e consta como incorporado ao Patrimônio da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, fazendo parte de área maior da transcrição nº 13.215 do 10 Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

Segundo: que, a Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DA PMSP/SMMAP, do Termo de Colaboração nº 001/2020, item 7.1, letra d), prevê a obrigação da Prefeitura Municipal de *ceder espaço físico para a instalação da Central de Triagem de Resíduos Recicláveis* e em vista ao cumprimento da obrigação governamental retro mencionada, a **PERMITENTE** permite o uso desse imóvel à **PERMISSIONÁRIA**, para o desenvolvimento das atividades previstas no Termo de Colaboração nº 001/2020, a cujo presente instrumento encontra-se vinculado, ficando a **PERMISSIONÁRIA**, desde já, autorizada a ocupá-lo e usá-lo.



Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or title.

Small mark or symbol on the right side of the page.

Small mark or symbol on the right side of the page.



Terceiro: São obrigações da **PERMISSIONÁRIA**:

- I) utilizar o imóvel e equipamentos, exclusivamente para o fim especificado, vedado seu uso de forma diversa ou para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-lo ou transferi-lo no todo ou em parte a terceiros, exceto quando expressamente autorizado pela PERMITENTE, por intermédio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento, nos termos da legislação em vigor;
- II) zelar pela guarda, limpeza e conservação dos mencionados bens, providenciando, às suas expensas, quaisquer obras de manutenção que se tornarem necessárias;
- III) Não promover quaisquer modificações no referido bem, inclusive instalações elétricas e hidráulicas, sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Planejamento;
- IV) Impedir que terceiros se apossam do imóvel referido neste termo, ou dele se utilize, dando conhecimento à PERMITENTE, de qualquer turbacão, esbulho ou imissão na posse que porventura ocorrerem ou penhora que venha a recair sobre ele;
- V) responder, perante terceiros, por eventuais danos, de qualquer natureza, e cumprir todas as exigências dos poderes públicos a que der causa, em decorrência de suas atividades no imóvel;
- VI) Garantir aos prepostos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Planejamento, devidamente credenciados, o acesso a todas as dependências e instalações para inspeção rotineira ou extraordinária, bem como fiscalização e avaliação do cumprimento das obrigações neste Termo impostas;
- VII) Responder pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas, incluídos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, bem como as fiscais, decorrentes das atividades aqui previstas; e,
- VIII) Arcar com o pagamento de todas as despesas de água, gás, energia elétrica, telefonia, internet, vigilância, segurança, limpeza e conservação predial e tributos que eventualmente venham a incidir sobre o imóvel em questão, proporcionalmente a sua ocupação, apresentando, anualmente, até o dia 30 de janeiro, os respectivos comprovantes de pagamento.

Quarto: Que o descumprimento, pela **PERMISSIONÁRIA**, de quaisquer das obrigações impostas neste Termo ou de exigências constantes da legislação pertinente acarretará a revogação de pleno direito da presente Permissão, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem ressarcimento de qualquer natureza, podendo ser



aplicadas à **PERMISSIONÁRIA** as sanções previstas nos incisos, I e II do artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.

Quinto: Que a presente Permissão de Uso vigorará por igual prazo do referido Termo de Colaboração nº 001/2020.

Sexto: Que, extinto o Termo de Colaboração nº 001/2020 e a presente Permissão, as benfeitorias de qualquer natureza e as reformas realizadas no imóvel permanecerão a ele incorporadas, passando a integrar o patrimônio do titular do imóvel, sem ressarcimento.

Sétimo: Que, nos casos omissos, a Permissão de Uso poderá ser revogada por aplicação das disposições da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.

Oitavo: Que a não restituição imediata do bem a que se refere esta Permissão, ao Término do Prazo ou de Prorrogação, caracterizará esbulhossessório e ensejará sua retomada pela forma cabível, inclusive ação de reintegração de posse com direito a medida liminar.

Nono: Que no caso de a **PERMITENTE** ser compelida a recorrer a medidas judiciais para recuperação de seu bem, ficará a **PERMISSIONÁRIA** obrigada ao pagamento de multa diária no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais). Multa esta que incidirá desde a data de caracterização do esbulho até a data em que a **PERMITENTE** se reintegrar na posse do referido bem, sem prejuízo de outras combinações legais e instrumentais, custos e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Décimo: Que fica eleito o foro da Comarca de Santana de Parnaíba, para dirimir qualquer pendência originária da presente Permissão.

Pela **PERMISSIONÁRIA**, por seu representante, foi dito que aceitavam esta permissão de uso em todos os seus termos, cláusulas e condições.

Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or title.

Small mark or symbol on the right edge of the page.

Small mark or symbol on the right edge of the page.



De como assim o disseram, foi lavrado o presente Termo, em 4 (quatro) vias de igual teor, as quais, depois de lidas e achadas conforme, são assinadas pelas partes e pelas testemunhas abaixo qualificadas.



Elvis Leonardo Cezar

Prefeito Municipal



Ionara Pereira dos Santos

Presidente Avemare

Testemunhas:



Veruska T. F. de Carvalho

Secretária Municipal do Meio
Ambiente e Planejamento



Fernanda Beatriz

Gestora do Termo de Colaboração 001/20



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

MEMO SMNJ-GAB N° 653/2020

O.S n° 83978/2020

Santana de Parnaíba, 09 de Outubro de 2020.

À

Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento

Ref.: Memo n° 1586/2020 – SMMAP

Senhor(a) Secretário(a),

Em atenção ao Memorando em referência, segue cópia do Termo de Retificação e Ratificação alterando o gestor do Termo de Colaboração n° 01/2020, para ciência.

Atenciosamente,

**Veronica Mutti Calderaro Teixeira Koishi
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos**

Juntas ao

procurador

19.10.2020

A handwritten signature in blue ink, consisting of a vertical line with a horizontal stroke at the bottom and a small loop at the top.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

**TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO TERMO DE
COLABORAÇÃO Nº 001/2020**

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA

CONTRATADA: ADEMARE – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA
ESPERANÇA

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA**, CNPJ nº 46.522.983/0001-27, representado por seu Prefeito **ELVIS LEONARDO CEZAR**, e de outro lado a entidade **ADEMARE – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA ESPERANÇA**, inscrita no CNPJ sob nº. 08.979.784/0001-53, com sede na Rua João Santana Leite, nº 417 – Vila Esperança – Santana de Parnaíba/SP, neste ato representada por sua Presidente **IONARA PEREIRA DOS SANTOS**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 47.888.401-1 SSP/SP, inscrita no CPF nº. 387.688.428-48, residente e domiciliado na Rua Venezuela, nº 89 – Casa 05 – Jardim São Luís – Santana de Parnaíba/SP, doravante denominados, respectivamente, **PMSP/SMMAP** e **PROPONENTE**, com fundamento no artigo 2º, inciso VII (colaboração) da Lei Federal nº 13.019/2014, em face do Processo Administrativo nº 944/2019 – Chamada Pública nº 001/2019, resolvem, de comum acordo, **RETIFICAR E RATIFICAR**, o Termo de Colaboração para constar o que segue, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica retificada a Cláusula Décima do Termo de Colaboração nº 001/2020, firmado entre a entidade Ademare – Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis da Vila Esperança e o Município de Santana de Parnaíba, passando a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA DÉCIMA - DO GESTOR

10.1. A gestão da parceria será exercida por intermédio da servidora **Fernanda Beatriz Cassão Misseroni, Registro Funcional nº 25.834**, a quem competirá.”

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições constantes do Termo de Colaboração nº 001/2020, as quais não foram objeto de alterações por este termo.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

E, por estarem as partes assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em quatro (04) vias de igual teor e forma, perante duas (02) testemunhas.

Santana de Parnaíba, 01 de Outubro de 2020.

ELVIS LEONARDO CEZAR
Prefeito Municipal

Ionara Pereira dos Santos

IONARA PEREIRA DOS SANTOS
Presidente

Testemunhas:

1. *Karina Primazzi Souza*
Karina Primazzi Souza
RG-30.602.419-6

2. *Albaneide Teixeira Lima da Silva*
Albaneide Teixeira Lima da Silva
RG-42.007.971-3



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**
Estado de São Paulo

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONCEDENTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA

PROPONENTE: ADEMARE – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA ESPERANÇA

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 001/2020

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA, INCLUSO A DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA DO REJEITO E A PROMOÇÃO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADAS À ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS SOBRE A SEGREGAÇÃO DOS RESÍDUOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o termo de colaboração acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber

Santana de Parnaíba, 01 de Outubro de 2020.

GESTOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

Nome e cargo: Fernanda Beatriz Cassão Misseroni – Analista em gestão pública
RG 25049027-4 - CPF 187906848-69
Endereço: Av. Victor Civita, 235 - Santana de Parnaíba - CEP 06544-72
E-mail institucional: fernanda.25834@santanadeparnaiba.sp.gov.br
E-mail pessoal: fernanda.25834@santanadeparnaiba.sp.gov.br
Telefone: (011) 11-996194257

CONTRATANTE:

Nome e cargo: Elvis Leonardo Cezar – Prefeito
CPF: 185.522.478-01 - RG: 25.482.524-2 - Nascimento: 08/06/1976
Endereço: Rua Pedro Procópio, 213 – Centro – Santana de Parnaíba/SP.
E-mail institucional: prefeito@santanadeparnaiba.sp.gov.br
E-mail pessoal: cezar-advogados@uol.com.br
Telefone: (011) 4622-7500


ASSINATURA CONCEDENTE

CONTRATADA:

Nome e cargo: IONARA PEREIRA DOS SANTOS - Presidente
CPF: 387.688.428-48 - RG: 47.888.401-1 SSP/SP
Endereço: Rua Venezuela, nº 89 - Casa 05 – Jardim São Luís – Santana de Parnaíba/SP.
E-mail institucional: contfrazola@uol.com.br
E-mail pessoal: contfrazola@uol.com.br


ASSINATURA PROPONENTE



MEMO SMMAP n° 1586/2020
OS:83978/2020

Santana de Parnaíba, 18 de setembro de 2020

Para: Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Koishi

De: Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento

Veruska Ticiania Franklin de Carvalho

REF: Gestor da Parceria - Termo de Colaboração n° 001/2020

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para informar que a nova gestora do Termo de Colaboração supracitado é a servidora Fernanda Beatriz Cassão Misseroni - Registro Funcional n° 25.834.

Sendo o que era para o momento, aproveitamos para renovar os nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Veruska Carvalho
Secretária Municipal do Meio Ambiente e Planejamento

Juliana

SMNJ
Recebido em 21/09/2020
Assinatura Gabi



Secretaria Municipal do Meio
Ambiente e Planejamento

RECEBIDO

Em 13/10/2020
Ass.: Juana